

A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

FURTADO, Érica L. M.*

RESUMO

Este artigo é parte de um estudo sobre Políticas Educacionais e Gestão Democrática na Escola e tem como objetivo demonstrar a influência do Banco Mundial nas políticas educacionais do país principalmente na década de 1990; através de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema notamos que algumas sugestões desta importante agência de financiamento foram adotadas no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Palavras-chave: educação, política, Banco Mundial.

ABSTRACT

This article is part research about Educational Politics and Democratical Management in the Education and have to do with objective to show influence to BIRD in the educationais politics in this country mainly in decade of 1990, through to a bibliographic research about theme observed some suggestions this important capital investment agency was accepted in the text Law of Bases and Directives of National Education of 1996.

Keywords: education, politic, BIRD.

INTRODUÇÃO

Neste artigo faremos um breve estudo sobre o Banco Mundial que, nos seus primeiros anos de trabalho, teve um papel secundário no cenário internacional. Porém, a partir da década de 1970, o Banco passou a ser uma das mais importantes fontes de financiamento para o setor social.

Analisando atualmente o Banco Mundial, observamos que ele conserva poucas características desde a sua criação em 1944, na Conferência de Bretton Woods. Seu funcionamento esteve vinculado ao FMI (Fundo Monetário Internacional), e a criação de ambas instituições foi resultante da preocupação dos países centrais em estabelecer uma nova ordem mundial no pós-guerra. Foi a preocupação com a emergência de novas crises mundiais que levou



os países reunidos em Bretton Woods à criação de instituições capazes de impulsionar o crescimento e conferir maior estabilidade à economia mundial.

Porém, à época, o interesse das nações estava voltado para o FMI, e o Banco Mundial tinha um papel de coadjuvante. Sua principal função era promover a reconstrução das economias devastadas pela guerra e a concessão de empréstimos ao setor privado.

O cenário internacional, desde então, passou por profundas modificações, o que fez ampliar o papel do Banco. A Guerra Fria também auxiliou no fortalecimento desta instituição que buscou amparar os países periféricos, e com isso ampliar o bloco não-comunista. O Banco Mundial esforçou-se no processo de estabilização destes países com uma política de programas de ajuda e concessão de empréstimos. No entanto, o objetivo maior, e nem sempre explícito, foi a expansão do sistema capitalista mundial.

DESENVOLVIMENTO

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) foi criado junto com o Fundo Monetário Internacional (o FMI), em 1944, com o intuito de realizar a reestruturação pós-guerra nos países europeus, e ganharam grande destaque no sistema mundial moderno.

De início, foi atribuído ao FMI o papel de órgão normativo e político, enquanto o Banco exercia a função de órgão técnico e financiador de projetos específicos. Porém, em meados dos anos de 1970, o BIRD inclinou-se para o lado político social, e iniciou um discurso com um tom humanitário, preocupando-se com questões como justiça social nas nações periféricas. Assim, a erradicação da pobreza passou a ser a bandeira de atuação deste organismo.

Os primeiros empréstimos feitos ao Ministério da Educação do Brasil ocorreram na década de 1970 e enquadravam-se no modelo desenvolvimentista do Banco. Por este motivo, privilegiava-se o ensino profissionalizante de nível médio. Justificavam-se esses investimentos já que o país necessitava de formação de mão-de-obra qualificada e acreditava-se que essa iniciativa surtiria grande impacto na economia.

Na metade da década de 1970, e sob nova gestão (McNamara na presidência), o Banco passou a dar prioridade para outros tipos de ensino que eram menos onerosos e deveriam ser valorizados, como a educação à distância, por rádio e televisão.

No final da década de 1970, a melhoria na distribuição de renda não era só uma questão social, mas principalmente política, uma vez que a estabilidade do bloco ocidental deveria ser garantida e protegida contra possíveis crises regionais, entre outras, na América Latina.



Em 1980, a preocupação com a pobreza fez o Banco investir no setor social. A inquietação desta instituição se devia ao abismo existente entre as classes sociais, o que poderia gerar algum tipo de pressão por benefícios econômicos e sociais. A prioridade passou a ser a educação básica. Era preciso

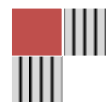
[...] diminuir os encargos financeiros do Estado na área da educação, em consonância com as políticas de ajuste. Para tanto, recomendam-se medidas voltadas para a privatização dos níveis mais elevados de ensino, especialmente o superior. A prioridade dos recursos público deverá voltar-se para o ensino primário, garantindo-se, dentro deste limite inicial, a universalização do acesso à educação (FONSECA, 1997, p. 56).

A preocupação em proteger os pobres surgia como medida compensatória, já que foi uma, época de ajustes econômicos, e o objetivo seria aliviar possíveis tensões sociais. Para Frigotto (1994, p. 41), a redescoberta no campo educativo e a valorização da dimensão humana faziam parte de alguns ajustes neoliberais para a educação, dando ênfase na qualificação do trabalhador. É um rejuvenescer da teoria do capital humano.

A Educação Básica torna-se central para o Banco Mundial, que julgava ser esse o melhor caminho para reduzir os índices de natalidade, contribuindo para garantir a sustentabilidade de um sistema. Outro fator de destaque, a educação da mulher, tanto no que diz respeito à sua inserção no mundo produtivo quanto como agente principal no controle demográfico.

Um dado fundamental: até, a metade dos anos de 1970, a educação básica tinha 1% dos créditos do Banco, na década posterior esta porcentagem cresceu para 43%.

Em 1980, o BIRD adotou o modelo de financiamento chamado de crédito de base política, tendo por objetivo desenvolver políticas de ajuste estrutural nos países periféricos. Dentre essas políticas (que ainda são atuais), estavam: a redução do papel do Estado, o que significava a diminuição do investimento do setor público e aumento do setor privado; reformas administrativas; estabilização fiscal e monetária; a redução do crédito interno e das barreiras de mercado. O Banco condicionou os créditos aos países *tomadores* a algumas reformas educacionais *sugeridas*. Dentre as principais estavam: diminuir os gastos do Estado na área da educação, e para isso recomendou privatizar os níveis mais elevados do ensino público, centrando as atenções no ensino fundamental, principalmente no que dizia respeito à garantia de acesso e à universalização; priorizar o consumo de *insumos educacionais*, o que para o Banco era fundamental para a melhoria do desempenho escolar dos alunos dos países de baixa renda. De acordo com Fonseca (1997, p. 56), “[...] bibliotecas, material instrucional e livros texto são privilegiados em detrimento de fatores humanos, como formação, experiência e salário do professor.”



O Banco Mundial utilizou-se de análises econômicas para produzir políticas sociais que legitimaram as propostas neoliberais dominantes, não levando em consideração as necessidades locais onde tais políticas seriam implementadas.

Apesar de usufruir dos empréstimos do Banco, não houve no Brasil uma mudança qualitativa da estrutura educacional brasileira. Assinalamos que, num período de 30 anos, a quantia que este organismo destinou ao Brasil não foi tão grande assim, pois para cada empréstimo cedido o país beneficiado deveria dispor do dobro do dinheiro em caixa. Mesmo assim, o BIRD teve papel garantido na definição da agenda educacional do país.

A situação tornou-se caótica e a influência crescente deste organismo no país aconteceu em uma época delicada na qual o sistema capitalista, mesmo sendo forte e dominante no sistema mundial moderno, sofria uma grave crise estrutural. Fica evidente a subordinação do sistema educacional ao econômico e o tratamento da educação como mercadoria, estimulando a busca da eficiência através da concorrência, pois assim os países periféricos poderão fazer parte do imenso mercado mundial via globalização.

[...] a globalização não é de modo algum problemática e é realmente uma mudança necessariamente positiva que traz resultados elogiáveis para todos os interessados. É melhor que se deixe de fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirme reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no Terceiro Mundo. No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como muito benéfica, nada se oferece aos países subdesenvolvidos além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração (MÉSZÁROS, 2002, p. 64)

CONCLUSÃO

Analisando as propostas do Banco Mundial para os países periféricos, notamos que entre os principais interesses desta agência está a manutenção da supremacia econômica dos países centrais. Isto não significa que o Banco bloqueie o desenvolvimento dos países periféricos, mas este desenvolvimento não poderá abalar a estrutura de dominação do sistema mundial moderno. Apesar das condições e dos interesses do Banco Mundial, não podemos ignorá-lo como uma importante agência de financiamento para a educação. É necessário porém, analisar com competência como vêm ocorrendo as negociações.



Uma outra sugestão desta instituição para a educação nos países periféricos é a flexibilização da gestão escolar. O interesse do Banco na questão do gerenciamento das instituições escolares é uma constante nos seus projetos, pois assim as escolas realmente teriam autonomia. Para isso, propõe medidas financeiras e administrativas. Dentre as principais medidas financeiras, citamos: a utilização de impostos dos governos locais, a divisão de custos com as comunidades, o estímulo à diversificação das receitas, entre outras. No plano administrativo, possibilitar que os gestores tenham mais autonomia para alocar recursos, contratar ou dispensar pessoal, determinar o calendário escolar, etc. No que tange à gestão, o Banco enfatiza a participação dos pais e da comunidade como um importante instrumento para o bom desempenho da escola como instituição.

O Brasil sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, que estabelece em seu artigo 14:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

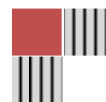
I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola.

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A lei da educação promulgada em 1996 é um importante avanço na questão da Gestão Democrática, porém não garante por si mesma a prática da gestão democrática no interior das escolas. Não é possível atrelar este tipo de gestão com a qualidade do sistema educacional. Apesar disso,

A gestão democrática da escola pública deve ser incluída no rol de práticas sociais que podem contribuir para a consciência democrática e a participação popular no interior da escola. Esta consciência e esta participação, é preciso reconhecer, não tem a virtualidade de transformar a escola numa escola de qualidade, mas tem o mérito de implantar uma nova cultura na escola: a politização, o debate, a liberdade de se organizar, em síntese, as condições essenciais para os sujeitos e os coletivos se organizarem pela efetividade do direito fundamental: acesso e permanência dos filhos das classes populares na escola pública (BASTOS, 2001, p. 22).

Outro obstáculo comum à prática democrática refere-se à burocratização das organizações que criam mecanismos administrativos capazes de intimidar qualquer tipo de participação.



O debate acerca da gestão democrática não se esgota facilmente, mesmo porque numa sociedade com imensas desigualdades sociais, como é o caso brasileiro, o tempo dos indivíduos vem sendo despendido na grande luta pelo emprego e pela subsistência. Analisar a questão democrática, mesmo que no interior de uma instituição pública, será adentrar uma área repleta de influências, conflitos e interesses diversos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (org.) *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

BRASIL, *Lei nº. 9394*, de 20/12/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Diário Oficial da União, n.º 248, 1996.

FONSECA, M. O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira. In: OLIVEIRA, D. A (org.) *Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Cortez, 1984.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

*Mestre em Educação, professora da Rede Municipal de Ensino Fundamental do Município de Marília e professora do Curso de Pedagogia da FAEF.

